

proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por a arguida se ter apresentado.

21 de Dezembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Eduardo Manuel Pires*. — A Oficial de Justiça, *Margarida Barradas*.

Aviso de contumácia n.º 2412/2006 — AP. — O Dr. Paulo Ferreira, juiz de direito do 1.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 122/93.2TCLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo da Silva dos Reis, filho de Rosa Maria dos Reis, natural de São João, Ovar, de nacionalidade portuguesa, nascido em 24 de Junho de 1968, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10710431, com domicílio na Avenida do Colégio Militar, Barracas, 1500 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo e dano, previsto e punido pelos artigos 306.º, n.os 1 e 2, alínea a), e 308.º, n.º 1, ambos do Código Penal, praticado no dia 31 de Janeiro de 1989, por despacho de 5 de Janeiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido declarado extinto, por prescrição, o procedimento criminal.

6 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Paulo Ferreira*. — A Oficial de Justiça, *Maria Alice Silva*.

2.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 2413/2006 — AP. — O Dr. António Castanheira, juiz de direito da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum colectivo (crimes militares) n.º 397/04.3TCLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Manuel Rodrigues de Oliveira, filho de Manuel Rodrigues de Oliveira e de Isabel Alves Domingues, natural de Vila, Melgaço, nascido em 21 de Junho de 1983, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 12564931, com domicílio no Largo do Calvário, Reguião, Mazedo, 4950 Monção, por se encontrar acusado da prática de um crime de deserção, previsto e punido pelos artigos 72.º e 74.º, n.º 2, alínea b), do Código Judicial Militar, praticado em 15 de Julho de 2002, por despacho de 20 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o mesmo ter comparecido neste Tribunal.

20 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito, *António Castanheira*. — A Oficial de Justiça, *Elisabete Duarte*.

Aviso de contumácia n.º 2414/2006 — AP. — O Dr. António Castanheira, juiz de direito da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo), n.º 18/04.4PALS, pendente neste Tribunal contra o arguido Eurico Dário Ferreira filho de Maria Alzira Jordão Ferreira, natural de Angola, nascido em 27 de Julho de 1978, com domicílio em Bairro Icesa, torre 11, 4.º, Apartamento B, Vialonga, Vila Franca de Xira, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º do Código Penal, praticado em 14 de Janeiro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 4 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

5 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *António Castanheira*. — A Oficial de Justiça, *Elisabete Duarte*.

Aviso de contumácia n.º 2415/2006 — AP. — O Dr. António Castanheira, Juiz de Direito da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1426/00.5TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Alberto Pinto Vieira de Freitas, filho de Manuel Pedro Pinto de Freitas e de Felisberta David Vieira de Freitas, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, nascido em 29 de Abril de 1975, com

domicílio na Rua São Miguel Poente, lote 4, rés-do-chão, 2800 Almada, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física grave qualificada, previsto e punido pelos artigos 144.º e 146.º do Código Penal, praticado em 23 de Dezembro de 1999, um crime de resistência e coacção sobre funcionário, previsto e punido pelo artigo 347.º do Código Penal, praticado em 23 de Dezembro de 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 4 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas. o referido diploma legal.

6 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *António Castanheira*. — A Oficial de Justiça, *Elisabete Duarte*.

Aviso de contumácia n.º 2416/2006 — AP. — A Dr.ª Airisa Caldinho, juíza de direito da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo) n.º 612/99.3S5LSB.1, pendente neste Tribunal contra o arguido Hugo Alexandre Pires dos Santos Ferreira, filho de Álvaro Santos Pereira e de Joana Maria Magalhães Pires, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 26 de Janeiro de 1982, solteiro, de profissão vendedor ambulante de produtos não comestíveis, titular do bilhete de identidade n.º 12827353, com domicílio na Avenida Mouzinho de Albuquerque, lote 12, 3.º, direito, 1900 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de dois crimes de roubo, previsto e punido nos termos dos artigos 210.º, n.º 1 e n.º 2, alínea b), *ex vi* alínea f) do n.º 2 do artigo 204.º todos do Código Penal, por despacho de 5 de Janeiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por localização da sua residência e subsequente prestação do termo de identidade e residência.

6 de Janeiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Airisa Caldinho*. — O Oficial de Justiça, *José Carlos Esteves*.

3.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 2417/2006 — AP. — O Dr. Carlos Campos Lobo, juiz de direito da 3.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal colectivo), n.º 191/05.4TCLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido José Manuel Tavares Mendes, filho de Arlindo Mendes e de Ana Tavares, nascido em 26 de Novembro de 1975, titular do bilhete de identidade n.º 16157711, com domicílio na Rua do Carmo, 469, Alto de Santa Catarina, Linda-a-Velha, por se encontrar acusado da prática de um crime de tráfico para consumo (estupefacientes), previsto e punido pelo artigo 26.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, praticado em 17 de Novembro de 1997, um crime de sequestro, previsto e punido pelo artigo 158.º do Código Penal, praticado em 17 de Novembro de 1997, foi o mesmo declarado contumaz, em 20 de Dezembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

29 de Dezembro de 2005. — *Carlos Campos Lobo*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Mendes*.

Aviso de contumácia n.º 2418/2006 — AP. — O Dr. Carlos Campos Lobo, juiz de direito da 3.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal co-